



Diário Oficial

PODER
Executivo

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador SEÇÃO I

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel. 2193-8000

Volume 122 • Número 195 • São Paulo, terça-feira, 16 de outubro de 2012

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

terça-feira, 16 de outubro de 2012

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 122 (195) – 65

Saneamento e Recursos Hídricos

COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO TIETÊ - JACARÉ

Ata da 50ª Reunião Plenária do CBH - TJ, de 22-05-2012

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê - Jacaré, de acordo com a Lei n 7663 de 30/12/91, realizou a 50ª Reunião Plenária para tratar de vários assuntos de interesse do CBH - TJ, quando foi lavrada a seguinte Ata. No dia 22-05-2012, nas dependências do Cine Jequitibá, sito a Rua XV de novembro, 349, cidade de Bocaina, Estado de São Paulo, atendendo às convocações e convites por ofício do Presidente do CBH - TJ, Prefeito João Francisco Bertinello Danieletto, Kiko Danieletto, reuniram-se em Sessão Pública os Membros que compõem os vários segmentos do Comitê, para junto deliberarem sobre a ordem do dia. Dando início aos trabalhos ocuparam a Mesa Diretora as seguintes autoridades: Prefeito Kiko Danieletto, Presidente do CBH - TJ, Prof.º Dr.º Jozrael Henriques Rezende Vice-Presidente do CBH-TJ, Eng. Heitor Pelaes Secretário Executivo do CBH – TJ, Eng. José Jorge Guimarães Secretário Adjunto do CBH-TJ e o Biol.º Jorge Augusto Carvalho Santos Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão. Conforme livro de presença, estiveram presentes os seguintes membros do CBH-TJ: pelo segmento dos Municípios o prefeito (3): Kiko Danieletto – PM de Bocaina e Presidente do CBH – TJ, Omar de Oliveira Leite Prefeito Municipal de Itirapina e José Luis Quarteiro Prefeito Municipal de Tabatinga. Os membros presentes representantes do segmento Estado (9): Eng.º Heitor Pelaes – DAEE – Secretário Executivo, Eng.ª Érica Rodrigues Tognetti – DAEE, Eng. José Jorge Guimarães – CETESB – Secretário Executivo Adjunto, Biol.º Jorge Augusto Carvalho Santos – CBRN, Geol. José Luiz Galvão de Mendonça - SSRH, Geol. Osmar José Gualdi – SSRH, Eng. João André Miranda de Almeida Prado - SEAA, Honório Carlos Fachin – Instituto Florestal e Sérgio José Pelícola - ERPLAN. Os membros da Sociedade Civil (9): Prof.º Dr.º Jozrael Henriques Rezende – FATEC e Vice Presidente do CBH - TJ, Hélio Palmesan – ONG Mãe Natureza – Barra Bonita, Rudinei Sérgio Pestana – ÚNICA – Araraquara, Prof.º Dr.º Adalberto Farache Filho – UNESP- Araraquara, Prof. Dr. João Luiz Boccia Brandão – USP – São Carlos, Maria Helena Beltrame – Instituto Ambiental Vid'água – Bauru, José Victor Ficcio – Instituto Eco Vida - Itapuí e Rogério Prado Lima – SEESP – Araraquara. Os convidados totalizam 43. Com a palavra o Presidente Prefeito João Francisco Bertinello Danieletto, Kiko Danieletto iniciando a Reunião, agradece a presença de todos dando as boas vindas, agradece nominalmente a presença dos Prefeitos, ao Vice Presidente, ao Secretário Executivo e deseja que todos tenham uma ótima reunião. Diz ainda que a Plenária está sendo realizada em segunda chamada. Em seguida passa a palavra ao Eng. Heitor que cumprimenta os presentes, lê a pauta do dia e seguida fala sobre a Ata da 49ª Reunião Plenária do CBH-TJ, de 09-12-2011, que tratou dentre os vários assuntos da definição dos prazos para solicitação de recursos do FEHÍDRO para o ano de 2012 e da aprovação do Relatório de Situação do Comitê para 2011, esclarecendo-a. Como a ata fora enviada previamente para os membros, e como não houve manifestação do Plenário, coloca a aprovação em votação, sendo aprovada por unanimidade. Com a palavra o Vice Presidente Prof.º Dr.º Jozrael cumprimenta a todos os presentes, agradecendo a presença e agradece nominalmente ainda a presença do Sr. José dos Reis Santos Filho, Secretário do Meio Ambiente de Araraquara, do Secretário do Meio Ambiente de Jaú, o Eng. Agrônomo Luis

Fernando, o Lupa, o Sr. Paulo Mancini, Diretor de Meio Ambiente de São Carlos e o Tecnólogo Wagner Mantovani representando o Prefeito de Mineiros do Tietê e em nome dos citados cumprimenta os demais presentes. Dando continuidade a pauta da Reunião, o Presidente do CBH-TJ anuncia a apresentação da Minuta de deliberação 01/12 que trata da transferência de recursos financeiros para que o CBH-TJ possa participar do X Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos. Com a palavra o Eng. Heitor Iê a minuta de deliberação explicando que anualmente é realizado esse evento e a participação do CBH-TJ é feita por representantes escolhidos previamente pela Câmara Técnica de Educação Ambiental entre os vários membros do Comitê e que cabe ao nosso Comitê nove vagas. Colocada em discussão pelo Presidente do CBH-TJ, a minuta foi aprovada por unanimidade pelo plenário e passa a ser a Deliberação CBH-TJ 01/12. Em seguida o Prefeito João Francisco Bertoncello Danieletto, Kiko Danieletto, dando andamento à pauta da Reunião pede ao Biol. Jorge que, como coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, apresente a minuta de Deliberação CBH-TJ 02/12, que distribui os Recursos do FEHÍDRO no âmbito do CBH-TJ para o ano de 2012. Feita a apresentação da priorização de distribuição dos Recursos Financeiros, que foi objeto de reunião anterior das Câmaras Técnicas que analisaram e pontuaram as solicitações dos tomadores, sendo posteriormente aplicadas as pontuações no processo de hierarquização previamente aprovado pelo CBH-TJ, resultou na proposta de minuta. Fazendo um aparte, o Presidente do CBH-TJ, antecipa um assunto a ser tratado ainda na pauta do dia, de que o Comitê talvez deva se adequar à legislação Federal que até 2014 todos os municípios tenham seu Plano de Saneamento Municipal e que acha que seria um grande avanço que o Comitê daria e que talvez fosse a solução para pequenos municípios se o Comitê tivesse como meta uma demanda induzida nesse sentido e lamentava o fato de alguns municípios, inclusive o dele, terem solicitado recursos para elaboração de um Plano municipal de Drenagem Urbana, e que ao se fazer o Plano de Saneamento já este implícito que haja um subitem de drenagem urbana, acha que houve um equívoco de prioridades que ainda é possível de ser corrigido e que para isso é fundamental a demanda induzida do Comitê, nem que para isso seja reservada uma quantia substancial dos Recursos FEHIDRO 2013 para essa finalidade. Retomando a pauta da reunião e com a palavra o Prof.º Dr.º Jozrael agradece a presença do Sr Alaor, diretor de Agricultura e Meio Ambiente de Torrinha e a Lilica, atual Secretária de Meio Ambiente de Brotas. Continuando, diz que um primeiro comentário é sobre a reserva de recursos para elaboração do Plano de Bacia e teremos que revisar o Plano de bacia dentro da nova redação que está sendo tratada como conteúdo mínimo que o CRH está discutindo de alteração na Deliberação CRH 62 e que por não ter sido concluída por enquanto o que podemos fazer é reservar recursos para esse atendimento, uma segunda colocação diz respeito à reserva de recursos para divulgação da cobrança pelo uso da água e que segundo informações o cadastro já estaria em fase final de elaboração, ressalta ainda que esta estudando uma moção para ser apresentada futuramente de que o cadastro de usuários de quantidade e qualidade deve ser disponibilizado para todos, pois é um bem público e não acha certo não haver transparência desses dados. Fala ainda que de qualquer maneira teremos que divulgar o início da cobrança e que, portanto é plenamente justificável a reserva de recursos financeiros para essa etapa. Em seguida faz observações sobre a reserva de recursos para a participação do CBH-TJ no Diálogo Inter Bacias e que é muito importante a nossa participação sendo que esse evento já está na décima edição. Posteriormente faz menção à Câmara Técnica de Recursos Naturais da qual é Coordenador e que está acompanhando um projeto de Plano Diretor de Restauração Florestal e que não está andando como deveria, pois devido às últimas mudanças nos Agentes Técnicos e que por isso deveríamos fazer gestão para que fosse agilizada a ação desses Agentes Técnicos. Concluindo critica a Administração Estadual ao retirar os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente que prestavam serviços junto a Secretaria do Comitê, vendo dessa forma um retrocesso no processo de descentralização das ações governamentais. Solicitando que conste da Ata, o Prof.º Dr.º Jozrael faz duas colocações que acha que devam ser encaminhadas aos Agentes Técnicos, sendo uma delas a solicitação do Sindicato Rural de Pederneiras, onde a solicitação de reflorestamento será feita na propriedade do presidente do Sindicato, lembrando ainda que não há ilegalidade da solicitação, porém o questionamento é para saber se os representantes do Sindicato de Pederneiras têm conhecimento desse assunto e pede manifestação de algum representante do sindicato se estiver presente. Pedindo a palavra, o Sr Roberto Belluzzo Maia, explica que ao fazer o estudo para solicitação de recursos, existe uma condicionante de área mínima a ser reflorestada e que não acharam áreas disponíveis contínuas para efetivação do projeto sem ser essa área apresentada na solicitação e com isso foi consultado os membros do Sindicato, tendo sido aprovada essa área para ser utilizada no projeto. Continuando o Prof.º Dr.º Jozrael diz que a segunda a solicitação de explicação seria a do Instituto Planeta Verde, também de restauração Florestal que está com os valores por hectares um pouco acima do valor máximo praticado na região e que gostaria que essas questões fossem levadas ao Agente Técnico para avaliar essas contestações. Retomando a palavra, o presidente do Comitê agradece a presença do Sr Hélio Palmesan, também a presença do Eng. João André, recentemente empossado Diretor Regional Agrícola de Jaú e aproveita

para saudar e cumprimentar ainda o Sr Poiani, prefeito de Iacanga, o Dr. Omar, Prefeito de Itirapina e o Eng. José Luis Quarteiro, prefeito de Tabatinga que fizeram solicitações ao Comitê de financiamento para elaboração do Plano municipal de Saneamento, vindo adequar-se ao que o Comitê considera como prioridade, até para cumprir metas impostas pela legislação federal. Com a palavra o Secretário Executivo que convida o Eng. José Jorge Guimarães, Secretário Executivo Adjunto para compor a mesa e em seguida coloca a Minuta de Deliberação de Distribuição de Recursos do FEHÍDRO em discussão na Plenária para manifestação. Fazendo uso da palavra o Prof. João Luiz Boccia Brandão, representante da USP diz que especificamente sobre a distribuição dos recursos não iria se manifestar, porém aproveitava a oportunidade para sugerir que quando da revisão da Deliberação CRH 62, fosse incluído algum mecanismo de acompanhamento das metas contidas nas demandas espontâneas e sugere que seja colocado nas propostas de alterações um mecanismo de quantificação para acompanhamento das metas do Plano de Bacia, para podermos ter noção se efetivamente o Plano está sendo implantado ou não. Esclarecendo a sistemática de revisão da Deliberação 62, o Biol. Jorge Augusto, Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão explica que o processo de alteração está começando e que o nosso Comitê deverá formar um Grupo Técnico somente para analisar a proposta, podendo ainda sugerir alterações à minuta de reforma da Deliberação CRH 62. Retornando à pauta da Plenária o Presidente consulta se existe mais alguma manifestação. O Sr Cláudio Bedran pede a palavra para justificar sobre a colocação do vice-presidente a respeito dos custos de reflorestamento do Instituto Planeta Verde, lembrando que o instituto mencionado tem 14 projetos de reflorestamento, esclarece que o custo FEHIDRO para a mão de obra é de R\$ 52,00 diário, porém não estão inclusos os encargos sociais e esse valor não corresponde a realidade que é de R\$ 70,00. Expõe que em Borborema quando houve evento de chuva crítica que as comportas foram fechadas e inundou os pequenos córregos e o Instituto Planeta Verde teve que reflorestar novamente essa área, sem ajuda do Estado. Afirma que esse Instituto segue um determinado Córrego para reflorestar e existe fiscalização e tomam medidas para não se deixa entrar animais. Afirma que não existe seguro para o reflorestamento e que o custo praticado pelo Instituto Planeta Verde é o custo real. Com a palavra o Presidente parabeniza o trabalho das Câmaras Técnicas que levantou essas duas questões, uma que causa surpresa do investimento em reflorestamento ser realizado na propriedade do presidente do sindicato, fato que foi bem explicado pelo Sr Roberto Belluzzo Maia, esclarecendo que o sindicato tem conhecimento disso e optou por isso, bem como o Sr Bedran se justificou, indicando que os Agentes Técnicos deveriam ter conhecimento sobre esses fatos. O vice-presidente esclareceu que os projetos não foram desclassificados, porém essas observações deveriam ser citadas e que a análise de valores foi a comparação dos valores praticados pelo Instituto Planeta Verde com os valores apresentados em outros projetos e valores de fonte do CBRN. O Biol. Jorge Augusto pede a palavra e expõe que os projetos que a Câmara Técnica de Planejamento e Gestão analisou eram praticamente idênticos, dificultando a análise técnica criteriosa. A mencionada Câmara Técnica optou por fazer um memorando para os Agentes Técnicos explicando o fato das solicitações de Planos Diretores de Drenagem Urbana Municipais ser praticamente idênticos, acontecendo inclusive o fato de o rio de um município estar citado no Termo de Referência de outra cidade. Foram elencados os seguintes pontos: Que os projetos tenham a previsão de reuniões públicas para discussão de todas as etapas do plano de drenagem; Que sejam detalhadas as funções de cada profissional que será contratado, incluindo a quantidade de hora que será trabalhada por ele; Incluir zona rural nos projetos de drenagem municipal; Prever mecanismos de monitoramento da correta execução do plano; Apresentar estratégias que possibilitem a correspondência do plano diretor de drenagem urbana com o plano diretor municipal quando houver e dos demais planos, como o plano de saneamento, resíduos sólidos ou outros, por exemplo; E por ultimo uma proposta de um mecanismo legal que possibilite o uso e ocupação do solo como medida complementar, a fim de evitar problemas de drenagem no futuro. Com a palavra, o presidente afirma a importância das colocações feitas pelo Biol. Jorge. O engenheiro Fabio de São Carlos pede a palavra e diz que esse assunto é bastante pertinente, e diz que também houve essa dificuldade nos planos de monitoramento de perdas. O professor Prof. João Luiz diz que o pilar fundamental para o sistema de drenagem é a parte de uso e ocupação do solo no Plano Diretor Municipal, sendo drenagem no sentido mais amplo de evitar inundações, coloca que os Planos de Saneamento têm uma interface com os planos de drenagem, esclarecendo a complexidade da macro drenagem e controle de cheias, pois estão relacionadas ao planejamento físico territorial, sendo que para isso é necessário um bom plano de drenagem urbana. Retomando a pauta da Reunião, que é a aprovação da distribuição de recursos, o presidente do CBH-TJ coloca em votação a minuta da deliberação CBH-TJ 02/2012 apresentada, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta do dia, o Secretário Executivo Eng. Heitor Pelaes expõe a minuta de deliberação 05/2012, que introduz uma demanda induzida para os planos de saneamento. Com a palavra o vice-presidente esclarece que a deliberação 07/2009 trata também dos critérios de pontuação, logo ela não pode ser suspensa, pois o Comitê não teria como pontuar os projetos no próximo ano, poderia ser suspenso apenas o

artigo dessa deliberação que trata de divisão do recurso. Afirma ainda que estar de acordo da propositura, mas que a deveriam aprovar a minuta com o termo de referência com conteúdo mínimo anexo e esclarece que acha prematura a aprovação dessa minuta neste dia, pois essa proposta deveria ser melhor trabalhada. O presidente afirma que a intenção era provocar essa discussão e identificar qual a intenção do Comitê com essa proposta de induzir a realização de Planos de Saneamento Urbano. O Sr Paulo Mancini afirma a pertinência da discussão e que São Carlos está com o plano de drenagem e que são inúmeras as ação dentro de um plano de drenagem, sugere que os municípios que já possuem esse plano apresentem propostas que estão no plano para serem executadas. O presidente afirma que a câmara técnica de planejamento e gestão deve definir os critérios da minuta 05/2012 quanto a proporção de divisão de recursos segundo número de habitantes. Afirma ainda que foi feito um estudo mostrando que cidades acima de 100 habitantes já têm o plano de saneamento ambiental, então como no CBH-TJ tem apenas quatro municípios com mais de 100 mil habitantes, seriam priorizados dois em um ano e os outros dois no ano seguinte de maneira que nenhum município fique de fora e que mais de 50% dos municípios do comitê tem menos de 20 mil habitantes, a câmara técnica de planejamento e gestão deve encontrar essa proporção para a minuta. Com a palavra o secretário executivo Heitor Pelaes propõe que o assunto seja encaminhado a câmara técnica de planejamento e gestão e que sejam ouvidos todos os segmentos. Com a Palavra o Sr Antonio Carlos, biólogo da PM de Macatuba diz que fazer planos é uma coisa nova e sugere que a elaboração de planos seja uma discussão de todas as câmaras técnicas e não apenas de planejamento e gestão, pois no caso a câmara técnica de saneamento deve estabelecer critérios técnicos. Sugere que seja feita uma comissão entre as câmaras para discutir de maneira técnica. O presidente coloca em votação para determinar se a minuta deve ser encaminhada para as câmaras técnicas, sendo a sugestão acatada por unanimidade. Para dar andamento à pauta do dia, o secretario executivo Heitor Pelaes chama o coordenador da CT de Educação Ambiental, biol. Mariano, para expor a minuta de deliberação pertinente aquela câmara. O coordenador expõe que a minuta de proposta foi feita para suprir uma carência de critérios específicos para avaliação da qualidade de projetos de Educação Ambiental que são apresentadas ao CBH-TJ, já que na deliberação sete projetos de obras ou serviços são avaliados segundo os mesmos critérios. E um dos critérios de pontuação é se a solicitação é um termo de referencia, um projeto básico ou um projeto completo, o que não é um bom critério para Educação Ambiental pela dificuldade de avaliar se é um projeto básico ou um projeto executivo ou inconsistente. Em seguida a minuta da deliberação foi apresentada. O Marino explicou que foram realizadas diversas reuniões da CT-EA para discutir o que seria importante em um projeto de educação ambiental, enquanto isso foi lançado pela coordenadoria de EA da SMA um Roteiro Básico para Elaboração de Termo de Referência estabelecendo o conteúdo mínimo exigido pelo Agente Técnico para esse tipo de projeto de, logo na reunião da CT-EA constatou-se que os dois documentos eram bem semelhantes, optando-se por adotar o Termo de Referência da SMA para classificar os projetos de Educação Ambiental como básico, completo ou inconsistente no âmbito Comitê. Usando a palavra, o secretario executivo Heitor Pelaes faz uma colocação, dizendo que na minuta apresentada, o artigo 1º consta que o roteiro encontra-se anexo, o que é desnecessário, já que esse roteiro é um documento consolidado pela SMA, logo não é necessário publicá-lo juntamente com a deliberação, e sugere sua supressão. Ainda na fase de debates, o Sr. Cláudio Bedran diz que em outros comitês existe uma exigência que quando se faz um reflorestamento, seja feita educação ambiental em paralelo. Sugerindo que isso seja incluso na minuta. Solicitando a palavra, o Sr. Hélio Palmesan, representante da ONG Mãe Natureza, diz que a educação ambiental deve partir de cada município e essa é uma exigência do município verdeazul, e que não é possível o Comitê atender a demanda de todos os municípios para Educação Ambiental, sendo assim afirma que o Comitê deve priorizar projetos que vise a bacia como um todo. O presidente enaltece a relevância da colocação do Sr. Hélio. Com a palavra, o Sr Paulo Mancini diz que as ações locais também são importantes devido às especificidades de cada local e acha que o comitê pode bancar essas ações de projetos que julgar importante, concluindo diz que os dois tipos de projetos são importantes. O Prof.º Dr.º Jozrael enaltece as duas colocações e expõe que caso dois projetos iguais sejam propostos, um atendendo apenas um município e outro atendendo toda a bacia, esse ultimo será priorizado, pois já existe esse critério, falando inclusive do Projeto Educando sobre as Águas, que envolveu toda a bacia. Usando da palavra, o biol. Mariano diz que esse é um tema polêmico, pois também envolve questões administrativas, já que não sabem se é possível uma prefeitura pegar recurso para educação ambiental de nível regional, a sociedade civil pode fazer isso, mas tem dificuldades para gerenciamento. Expõe que a Câmara Técnica de Educação Ambiental vem discutindo o assunto, até se possível com a criação de um novo critério que seria a existência ou não de um plano de diretor de educação ambiental municipal. Terminadas as manifestações, o presidente coloca em votação a minuta de deliberação 03/2012, que é aprovada por unanimidade. O presidente Kiko introduz a apresentação do Prof.º Dr.º Jozrael expondo a importância dos interlocutores dos municípios certificados pelo programa município verde-azul trocarem experiências com interlocutores dos outros municípios

para que todos os municípios possam se certificar, trazendo um ganho para a bacia como um todo. Com a palavra o Prof.º Dr.º Jozrael diz que o objetivo da apresentação é motivar os membros da Câmara Técnica de Recursos Naturais e os interlocutores do município verde-azul a agirem de forma conjunta. Expõe que houve um aumento de quatro para sete municípios certificados de 2010 para 2011. Porém diz que a nossa UGRH está abaixo da média do Estado e essa média caiu. Explicou que foi feita uma reunião da Câmara Técnica em Jaú com os interlocutores municipais, onde os quatro interlocutores dos municípios certificados em 2010 puderam compartilhar as ações que levaram esses municípios a se certificar e esclareceram dúvidas dos demais interlocutores. O presidente enaltece essa ação para o crescimento da bacia como um todo. Com a palavra o Sr. Paulo Penalva Mancini do município de São Carlos cumprimenta a mesa e diz que se sente muito contente em ver os avanços do CBH-TJ. Apresenta a proposta de um grupo de alunos e professores do curso de Análise e Gestão Ambiental da UFSCar, a partir da pesquisa sobre o conceito de pegada hídrica ou pegada hidrológica, solicitando a participação dos membros do Comitê neste projeto, respondendo a um questionário que será distribuído em seguida. Continuando, comenta a alteração do Código Florestal que está para ser votada pelo poder legislativo federal e pede ao Comitê elabore e assine uma moção solicitando à Presidente Dilma Rousseff o veto integral deste novo código. Ainda com a palavra, diz que, quanto ao Programa Município Verde Azul, possui críticas a fazer, mas considera uma ação de fomento do Estado aos Municípios, muito importante e muito válida. Com a palavra o presidente Kiko Danieletto diz que concorda plenamente com o ponto de vista do Sr. Paulo em relação ao novo Código Florestal, mas que considera que se deve respeitar àqueles que consideram que seja vetado parcialmente e respeita àqueles que consideram que nada deve ser vetado, explica ainda que é difícil o Comitê conseguir votar uma moção única dentro do colegiado, não tendo sido a proposta apresentada com antecedência para todos os membros da Plenária, inclusive aos ausentes, mas se dentro de assuntos gerais for votado para que se faça a moção, será acatado e estudada a forma de apresentação aos membros da Plenária. Em continuidade da pauta, em assuntos gerais, o presidente Kiko Danieletto diz que o Prefeito de Ibitinga Marco Antônio da Fonseca pediu afastamento do CONESAN como nosso representante para disputar as próximas eleições, então será necessário indicar um representante do seguimento dos prefeitos do CBH-TJ. Presentes na Plenária estão dois prefeitos, mas apenas um que não disputará a reeleição Sr. José Luis Quarteiro de Tabatinga, que é então indicado e aprovado como representante do CBH-TJ no CONESAN. Com a palavra o Secretário Executivo Eng. Heitor Pelaes faz os comunicados, a saber: alguns prefeitos solicitaram a suspensão de seu mandato no CBH-TJ por motivo de reeleição, os prefeitos de Mineiros do Tietê, Ibitinga e Jau; outro assunto é ofício remetido pela Prefeitura de Jaú solicitando a alteração do termo de referência do Projeto FEHIDRO TJ 242-2011 já com contrato assinado e analisado pelo agente técnico em função de que o termo de referência apresentado, analisado e contratado pelo Comitê não existe condições financeiras de ser executado, uma vez feitas consultas à empresas para execução do projeto verificou-se o valor previsto ultrapassa em três vezes o valor disponível. Com a palavra a representante da Prefeitura de Jaú, Sra. Leslie de Castro explica detalhadamente a situação à Plenária, solicitando a possibilidade de apresentar outro termo de referência para ser analisado pela Câmara Técnica de Planejamento e Gestão. Com a palavra o vice-presidente Prof. Dr. Jozrael diz entende que o novo termo possa ser encaminhado à Câmara Técnica de Planejamento e Gestão para análise e que a Plenária já poderia deliberar o poder de decisão a esta Câmara. Com a palavra o presidente Kiko diz que o mais acertado seria que este recurso retornasse ao Comitê para ser novamente deliberado, porém a Plenária é soberana e se este novo termo de referência passar pela CT-PG e for aprovado não vê empecilhos para que o termo seja readequado. Com a palavra o Biol. Jorge Augusto, coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, diz que a Câmara poderá, então, analisar o novo termo e convida o município a participar também da reunião para apresentar seus argumentos de alterações pretendidas. Colocado em votação pela Plenária foi aprovado que a questão ficará com a CT-PG para análise e decisão. Com a palavra o Secretário Executivo Eng. Heitor Pelaes comunica a realização de um Festival de Tecnologia e Inteligência Ecológica em Bauru e repassa o convite recebido pelo Comitê para todos os presentes. Fazendo uso da palavra, o Eng. José Jorge Guimarães, Secretário Executivo adjunto e representante da CETESB, apresenta o novo Gerente da Agência Araraquara Eng. Jorge Carísia, presente à Reunião, e continuando esclarece algumas diretrizes do Programa Município Verde Azul, como por exemplo, a maneira como são atribuídas as pontuações. Com a palavra a Sra. Maria Helena Beltrame faz a entrega do Atlas Regional de cobertura das matas ciliares na bacia do Tietê - Jacaré para o Presidente Kiko Danieletto e convida a todos a participar da próxima fase que é a de mobilização na bacia. Com a palavra o Presidente diz que fica bastante contente com ações como esta no Comitê e faz a doação do Atlas para a biblioteca da Fatec Jahu. Não havendo mais manifestações, o Presidente Kiko Danieletto agradece a presença de todos, encerra a Plenária e deseja a todos um bom retorno. As Deliberações de 01, 02 e 03, aprovadas nesta Reunião Plenária, já foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.